

FUNDAMENTOS JURÍDICO-FILOSÓFICOS DA SOBERANIA

LEGAL-PHILOSOPHICAL FOUNDATIONS OF SOVEREIGNTY

*Jezreel Antonio Mello*¹

Resumo: O presente artigo se propõe a esboçar, em linhas gerais, os contornos do conceito de soberania, em sua acepção jurídico-filosófica. Para tanto, inicialmente, serão expostas algumas considerações que encontram respaldo consolidado pela teoria política, especialmente no que diz respeito ao surgimento do conceito na filosofia política moderna, bem como em relação a sua caracterização teórica. Nesse sentido, serão analisadas as noções concernentes a seus atributos e características, destacando-se, notadamente, a distinção comumente referida entre o aspecto interno e o aspecto externo da soberania. Num segundo momento, serão abordados os desdobramentos decorrentes dessa distinção, enfocando a maneira com a qual a teoria jurídico-filosófica tem concebido a manifestação externa do conteúdo da soberania estatal. Por fim, será ressaltado como, em seu aspecto externo, o conceito de soberania pode se revelar em tensão com o respeito aos Direitos Humanos, de forma ainda mais sensível ante as alterações que tiveram lugar na sociedade internacional em fins do século XX.

Palavras-chave: Soberania; Direitos Humanos; Crise da soberania; Princípio da não intervenção.

Abstract: The present article proposes to outline, in general terms, the contours of the concept of sovereignty, in its legal-philosophical meaning. To do so, initially, some considerations that find consolidated support in political theory will be exposed, especially with respect to the emergence of the concept in modern political philosophy, as well as in relation to its theoretical characterization. In this sense, the notions concerning their attributes and characteristics will be analyzed, highlighting, in particular, the commonly referred distinction between the internal and the external aspects of sovereignty. In a second moment, the unfolding of this distinction will be approached, focusing on the way in which legal-philosophical theory has conceived the external expression of the content of state sovereignty. Finally, it will be highlighted how, in its external aspect, the concept of sovereignty can be shown in tension with respect for Human Rights, in an even more sensitive way regarding changes that took place in international society in late twentieth century.

Keywords: Sovereignty; Human rights; Crisis of sovereignty; Principle of non-intervention.

1 Introdução

¹ Mestrando em Filosofia no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Unisinos. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da PUCRS. Servidor público. E-mail: jezreelmello@yahoo.com.br

No presente trabalho, objetiva-se discorrer brevemente, escorado majoritariamente na literatura tradicional de Filosofia Política e de Teoria do Estado, sobre algumas afirmações que tratam do conceito de soberania, no que diz respeito à sua origem, seus atributos e suas características, buscando assim oferecer uma introdução ao referido conceito. Em primeiro lugar, buscaremos estabelecer pontos de contato entre as afirmações acerca da origem do conceito de soberania, conjugando-a com o surgimento do Estado moderno. Em seguida, discorreremos sobre alguns de seus atributos, conforme tradicionalmente expostos pela literatura de referência. Por fim, abordaremos o que os teóricos da soberania classificam como manifestação interna e externa da soberania.

Num segundo momento, será focalizado o significado da soberania em seu aspecto externo, isto é, nas relações entre os Estados, tentando identificar seu desenvolvimento teórico, bem como os acontecimentos que moldaram a formação da sociedade internacional, tais como a Paz de Vestefália e a criação da ONU. Em seguida, mencionaremos brevemente a crise da soberania no contexto pós-Guerra Fria, especificamente em consequência das preocupações latentes com as violações de direitos humanos. Com isso, intentamos apontar a existência de uma tensão entre a soberania e os direitos humanos em fins do século XX.

2 O conceito tradicional de soberania

O tratamento dispensado pelos estudiosos de diversas áreas do saber ao tema da soberania está longe de apontar em uma direção convergente. Com efeito, a discussão sobre o que seria a soberania, bem como sobre quais seriam suas características principais, deu vazão a profícua obra de teóricos em épocas e oriundos de áreas do conhecimento diversas, e não muitos pontos em comum podem ser estabelecidos ao delinear tão seminal conceito. Conforme constata Dallari, o estudo do tema “é um dos que mais têm atraído a atenção dos teóricos do Estado, filósofos do direito, cientistas políticos, internacionalistas, historiadores das doutrinas políticas, e de todos quantos se dedicam ao estudo das teorias e dos fenômenos jurídicos e políticos”².

2 DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 29ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 74.

E por haver tão pouco terreno solidificado no que diz respeito à discussão acerca da soberania, cumpre-nos ressaltar que exaurir as definições sobre este debatido conceito tornar-se-ia, além de tarefa pretensiosa, exercício de questionável contribuição para o estudo do tema. É a pincelar alguns pontos convergentes na discussão sobre a soberania, bem como a referenciar os autores que mais contribuíram para sua formulação, que se propõem as seguintes breves linhas, as quais oferecem apenas uma noção didática do assunto.

A primeira dessas raras quase unanimidades entre os teóricos da soberania, e que nos servirá de ponto de partida no estudo do tema, diz respeito ao seu surgimento estar condicionado à ascensão do que conhecemos como Estado moderno³. Esse processo se deu no período de transição entre o declínio do feudalismo e o fortalecimento das coroas nacionais, tendo o termo “Estado” sido introduzido na filosofia moderna através da obra de Maquiavel, quando este afirma: “Todos os *Estados*, todos os governos que tiveram e têm autoridade sobre os homens, foram e são ou repúblicas ou principados”⁴. No que diz respeito à soberania, conforme Hinsley, “la aparición de las formas de Estado es condición indispensable de la noción de soberanía, de la idea de que existe una autoridad política final y absoluta en la comunidad. En una sociedad preestatal esta idea no tiene importancia”⁵. No mesmo sentido, em seu *Dicionário de Política*, no verbete *soberania*, Bobbio et al. irão defender a opinião de que “[e]m sentido restrito, na sua significação moderna, o termo Soberania aparece, no final do século XVI, juntamente com o de Estado, para indicar, em toda sua plenitude, o poder estatal, sujeito único e exclusivo da política”⁶.

O segundo ponto que encontra certa convergência entre os estudiosos da soberania diz respeito ao que se costuma definir como “atributos” ou “características” da

3 Contudo, mesmo essa afirmação enfrenta objeções por parte de autores revisionistas. Hudson, por exemplo, em sua contundente crítica ao que denomina “fábulas” da soberania, assevera que “[s]overeignty is not a modern concept, the doctrine in sovereignty was not produced by the modern state, and there were no states in the modern sense at the time that the alleged theorists of modern sovereignty (Hobbes, Bodin and Locke) were writing, or even until the nineteenth century”. HUDSON, Wayne. *Fables of Sovereignty*. In: JACOBSEN, Trudy; SAMPFORD, Charles; THAKUR, Ramesh. **Re-envisioning Sovereignty**. EBRARY, Abingdon: Ashgate Publishing Group, 2008, p. 24. Disponível em: <<http://site.ebrary.com/lib/pucrs/docDetail.action?docID=10218502&ppg=36>>. Acesso em: 06 mai. 2013.

4 MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 05, grifo nosso.

5 HINSLEY, F. H. **El concepto de soberanía**. Barcelona: Ed. Labor, 1972, p. 22.

6 BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11ª ed. Brasília: Ed. UnB, 1998, p. 1179.

soberania. Conforme Dallari, “[q]uanto às *características* da soberania, praticamente a totalidade dos estudiosos a reconhece como *una, indivisível, inalienável e imprescritível*”⁷. De acordo com Pauperio, tal consenso adviria do fato desses elementos estarem presentes, originalmente, na redação da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, e, posteriormente, em grande parte das Constituições que nela se inspiraram⁸.

Considerando então os atributos da soberania, o primeiro deles – a unidade – consiste na incapacidade de existirem duas soberanias distintas em um determinado território. Também é usado, como sinônimo, o termo “absoluto” para expressar esse dispositivo monopolizador do conceito. Entende-se melhor o exercício do poder pelo soberano quando remetemos à clássica definição de soberania por Jean Bodin: “A soberania é o poder absoluto e perpétuo de uma República [...], quer dizer, o maior poder de comandar”⁹. Comentando a afirmação de Bodin, o *Dicionário de Política* explica que, para o autor francês, a “soberania é ‘absoluta’ por não sofrer limitações por parte das leis, visto que essas limitações somente seriam eficazes se houvesse uma autoridade superior que as fizesse respeitar”¹⁰. Por outro lado, Goyard-Fabre ressalta que Bodin tratou de salientar não que a soberania seria ilimitada, mas sim incondicional¹¹. De qualquer modo, a unidade da soberania pode ser resumida no conclusivo raciocínio de Pauperio sobre o tema: “Se diversas soberanias existissem, dentro de determinada ordem, não haveria, a rigor, soberania, porque esta implica em poder supremo”¹².

Quanto ao caráter indivisível da soberania, este se manifesta na afirmação de que o poder soberano não pode ser dividido: ele se aplica a todos os fatos ocorridos no interior do Estado¹³. Embora se reconheça a coexistência de diversos poderes

7 DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 29ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 81, grifo do autor.

8 PAUPERIO, A. Machado. **O conceito polêmico de soberania**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1958.

9 BODIN, Jean. **Os Seis Livros da República**. Tradução para o português de José Carlos Orsi Morel. Vol. I, São Paulo: Ícone, 2011, p. 195-196.

10 BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11ª ed. Brasília: Ed. UnB, 1998, p. 1181.

11 GOYARD-FABRE, Simone. **Os princípios filosóficos do direito político moderno**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999.

12 PAUPERIO, A. Machado. **O conceito polêmico de soberania**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1958, p. 29.

13 STRECK, Lenio Luiz; MORAIS, José Luis Bolzan de. **Ciência Política e Teoria Geral do Estado**. 4ª ed. Porto Alegre: Ed. Livraria do Advogado, 2004.

realizadores do Estado, como em sua clássica divisão em Executivo, Legislativo e Judiciário, nela não se vislumbra uma divisão da soberania, mas apenas o exercício da totalidade do poder soberano em suas diversas competências, ou tão-somente, como mencionam Streck e Moraes, uma “distribuição de atribuições”¹⁴. Assim sendo, a indivisibilidade da soberania mantém-se intacta, mesmo ante a divisão de poderes. Nesse caso, a referência é à doutrina de Rousseau. De fato, no Capítulo II do Livro I, em seu *Do Contrato Social*, o autor francês, empreendendo feroz crítica aos “autores em matéria de direito político”, vai afirmar que “a soberania é indivisível, porque a vontade é geral, ou não o é”, comparando a ideia de uma soberania dividida a um homem formado por diversas partes de outros corpos¹⁵.

Prossegue Rousseau, explicando que tal juízo decorre “da inexistência de noções exatas a respeito da autoridade soberana e por se haverem tomado como partes dessa autoridade o que não era mais que emanações dela”¹⁶. Por fim, conclui, arrematando a questão:

Observando igualmente as demais divisões, perceberíamos que todas as vezes que imaginamos ver a soberania partilhada nos enganamos, que os direitos tomados como partes dessa soberania lhe são todos subordinados e sempre supõem vontades supremas, dos quais esses direitos só dão a execução.¹⁷

Por sua vez, no que concerne ao atributo da inalienabilidade da soberania, é o próprio Rousseau quem primeiramente a define, baseando-se no pressuposto de que, uma vez que a vontade geral é a única que pode dirigir as forças do Estado em busca do bem comum¹⁸, finalidade que deve guiar o governo de uma sociedade, “outra coisa não sendo a soberania senão o exercício da vontade geral, jamais se pode alienar, e que o soberano [...] não pode ser representado a não ser por si mesmo; é perfeitamente possível transmitir o poder, porém não a vontade”¹⁹.

14 Idem, p. 156.

15 ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Campinas: Ed. Russell, 2006, p. 34.

16 Idem, p. 34.

17 ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Campinas: Ed. Russell, 2006, p. 35.

18 De acordo com Goyard-Fabre, a essência da soberania, na obra de Rousseau, é o conceito de vontade geral, pois para ele “[a] natureza da soberania só pode derivar do procedimento contratual segundo o qual a multidão, unanimemente, substituiu as vontades particulares pela vontade geral”. GOYARD-FABRE, Simone. **Os princípios filosóficos do direito político moderno**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999, p. 180.

19 ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Campinas: Ed. Russell, 2006, p. 33.

A afirmação da inalienabilidade da soberania por Rousseau se, por um lado, serviu de base para os Constituintes revolucionários negarem legitimidade ao regime representativo, por outro, fornece alicerce para o entendimento de que os representantes eleitos exercem o poder da soberania segundo a vontade geral que toma forma nas leis²⁰. De qualquer modo, parece-nos que o cerne da argumentação sobre o caráter inalienável da soberania pode ser resumido em duas afirmações: a) que sua titularidade reside na vontade geral expressada pelo corpo social, pois, conforme Goyard-Fabre, quanto à soberania, “[o] corpo político erigido pelo contrato social é, originariamente e para sempre, seu titular”²¹ e b) que, em decorrência disso, a alienação da soberania dissolve seu detentor, ou, conforme Dallari, “[a] soberania é *inalienável*, pois aquele que a detém desaparece quando ficar sem ela, seja o povo, a nação, ou o Estado”²².

O último atributo da soberania a que faremos menção é a sua imprescritibilidade. Diz-se que a soberania é imprescritível por ter caráter perpétuo, como já a conceituava Bodin, ao entendê-la não submetida às vicissitudes do tempo, possuindo um caráter de transcendência, assim como Deus²³. Para Bodin, o poder soberano subsiste à morte do Príncipe, no caso da monarquia, ou, tratando-se de aristocracia ou estado popular, reside de maneira perene em seus detentores originais, de maneira que a soberania em si se mantém alheia às mudanças políticas²⁴. Assim a imprescritibilidade remete novamente ao aspecto absoluto da soberania, uma vez que esta não pode sofrer limitação, nem ser temporária: em linguagem jurídica, a soberania não decai, nem caduca, nem deixa de produzir efeito.

A terceira afirmação que produz certa convergência ente os estudiosos da soberania é a que atribui ao conceito um duplo aspecto: um primeiro, interno, referente à relação de poder e autoridade no âmbito de um Estado; o segundo, externo, diz respeito às relações interestatais na sociedade internacional. O *Stanford Encyclopedia of*

20 PISIER, Evelyne. **História das Idéias Políticas**. Barueri: Ed. Manole, 2004.

21 GOYARD-FABRE, Simone. **Os princípios filosóficos do direito político moderno**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999, p. 181.

22 DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 29ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 81, grifo do autor.

23 BODIN, Jean. **Os Seis Livros da República**. Tradução para o português de José Carlos Orsi Morel. Vol. I, São Paulo: Ícone, 2011.

24 Idem, I, 8.

Philosophy, no verbete *sovereignty*, expressa esta dupla faceta da soberania do seguinte modo:

A final pair of adjectives that define sovereignty is “internal” and “external.” In this case, the words do not describe exclusive sorts of sovereignty, but different aspects of sovereignty that are coexistent and omnipresent. Sovereign authority is exercised within borders, but also, by definition, with respect to outsiders, who may not interfere with the sovereign's governance.²⁵

A classificação do que aqui chamaremos de aspectos da soberania traduzem diferentes prismas desse conceito, seja realçando as noções de poder, legitimidade, coerção, etc., no âmbito interno, ou dos conflitos, das relações de independência, (des)igualdade, etc., no âmbito externo. Contudo, Hinsley sintetiza a noção clássica em termos antitéticos: enquanto, internamente, o conceito de soberania baseia-se na crença de que existe um poder absoluto dentro de uma comunidade, por outro lado, externamente, fundamenta-se no princípio de que, na sociedade internacional, i. e., fora da jurisdição de uma comunidade política, não existe autoridade suprema alguma²⁶.

A fim de desmembrar a afirmação acima, pode-se partir da ideia de Dallari (2010), de que o conteúdo do aspecto interno da soberania é caracterizado sob dois vieses distintos: inicialmente, é identificado com as noções de autoridade e poder político, e, posteriormente, com a de legitimidade jurídica, o que o autor classifica como concepções política e jurídica do conceito, respectivamente²⁷. Com efeito, a divisão proposta por Dallari se mostra de grande valia, pois podemos com ela identificar, em relação ao primeiro bloco, as noções de autoridade e poder, ou “a ideia de poder de unificação”, com a concepção bodiniana da soberania²⁸.

Ora, a inovação produzida por Jean Bodin ao definir o conceito de soberania localiza-se num contexto peculiar de centralização do poder político iniciado ao final da Idade Média. De fato, as relações políticas passaram de uma perspectiva pessoal e multilateral (as relações de dever e obediência, no período feudal, ocorriam tanto no

25 PHILPOTT, Daniel. Sovereignty. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2016 Edition)**, Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2016/entries/sovereignty/>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

26 HINSLEY, F. H. **El concepto de soberanía**. Barcelona: Ed. Labor, 1972.

27 DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 29ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

28 Idem, p. 79.

âmbito religioso quanto no âmbito privado com as diversas autoridades regionais sobrepostas, sem um poder centralizado), para uma dimensão central e bilateral (cidadão/Estado, Estado/Estado), fundada no critério territorial²⁹. Comentando a questão, Bobbio et al. afirmam: “Internamente o soberano moderno procede à eliminação dos poderes feudais, dos privilégios dos Estados e das categorias, das autonomias locais, enfim dos organismos intermediários”³⁰.

Nesse contexto, a afirmação de Bodin de uma soberania absoluta e suprema encontra respaldo no aludido momento de transformação, quando se pôde identificar uma autoridade política final e centralizada, nos termos em que descreve Hinsley:

[E]n principio la idea de soberanía supone la existencia de una autoridad política final y absoluta dentro de la comunidad política [...] ‘y más allá no existe otra autoridad final y absoluta’. [...] Con la noción de soberanía han adquirido un sentido nuevo o por lo menos han alterado su sentido cada elemento de esta afirmación: ‘autoridad política’, ‘comunidad política’ y ‘final y absoluta’. Es, en efecto, debido a que estos términos adquieren un nuevo significado que finalmente se llegó a la noción de soberanía.³¹

Assim, é possível que ao definir a soberania como “o poder absoluto e perpétuo de uma República”³², Bodin tenha não só fornecido alicerces teóricos para a doutrina absolutista que imperava na França de seu tempo³³, como também servido de ponto de partida para aquilo que Dallari denomina de conceito “político” de soberania, o que, segundo sua própria definição, “[p]or esse conceito, largamente difundido, verifica-se que o poder soberano não se preocupa em ser legítimo ou jurídico, importando apenas que seja absoluto, não admitindo confrontações, e que tenha meios para impor suas determinações”³⁴.

Com efeito, pode-se notar a influência das teses bodinianas sobre a definição de soberania interna que se tornaria clássica para a filosofia política. Nesse sentido, Cueva

29 CANNING, Joseph. **A History of Medieval Political Thought**. London: Routledge, 1996.

30 BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11ª ed. Brasília: Ed. UnB, 1998, p. 1180.

31 HINSLEY, F. H. **El concepto de soberanía**. Barcelona: Ed. Labor, 1972, p. 29.

32 BODIN, Jean. **Os Seis Livros da República**. Tradução para o português de José Carlos Orsi Morel. Vol. I, São Paulo: Ícone, 2011, p. 195.

33 PAUPERIO, A. Machado. **O conceito polêmico de soberania**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1958.

34 DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 29ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 80.

afirma que a manifestação interna do conceito de soberania “consiste en el reconocimiento de ningún poder que pretenda oponerse al del soberano, de lo que a su vez se desprende la ya citada potestad irrestricta de expedir, modificar y derogar la ley humana y la de hacerla ejecutar”³⁵.

À concepção política da soberania, Dallari opõe o que denomina de concepção jurídica do termo, isto é, “o poder de decidir em última instância sobre a atributividade das normas, vale dizer, sobre a eficácia do direito”³⁶. Ainda conforme Dallari, de acordo com essa perspectiva, “embora continuando a ser uma expressão de poder, a soberania é poder jurídico utilizado para fins jurídicos”³⁷. Assim sendo, considerando-se que a concepção jurídica da soberania influenciou as teorias constitucionais e do Estado de Direito, seu conteúdo se opõe à visão absolutista da soberania, pois “do ponto de vista da teoria jurídica, fica patente que tal compreensão do conceito de soberania é diametralmente oposta à constitucionalidade do ‘estado DO direito’, na medida em que este distribui as competências e instaura entre elas controles recíprocos”³⁸.

De fato, embora a definição do que seria soberania interna esbarre em divergências teóricas, não apresentando a mesma coesão que a afirmação de sua ocorrência (alegada no presente trabalho apenas no que diz respeito ao fato de se atribuir, genericamente, um aspecto interno e outro externo à soberania), é possível concluir que dois conceitos estão intricadamente atrelados ao aspecto interno da soberania, quais sejam: a noção de poder e a de legitimidade.

3 O aspecto externo da soberania e a crise do conceito

Apresentada a concepção jurídico-filosófica clássica acerca do aspecto interno da soberania, resta passarmos às considerações pertinentes ao seu aspecto externo, que diz respeito ao relacionamento entre Estados na sociedade internacional, em que se constituem numa igualdade ficta. Embora os limites entre as duas dimensões não sejam

35 CUEVA, Mario de la. **La idea del Estado**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1996, p. 67.

36 DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 29ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 80.

37 Idem, p. 80.

38 GOYARD-FABRE, Simone. **Os princípios filosóficos do direito político moderno**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999, p. 135-136.

impermeáveis, e por vezes as duas acepções se imbricam, são antes as relações externas dos Estados, que dizem respeito ao aspecto externo da soberania, que produziram os fatores que levam a se falar em uma crise da soberania ao final de século XX.

De acordo com Hinsley, deve-se considerar a expressão externa da autoridade soberana como uma mera consequência lógica da interna. É esclarecedor reproduzir a ideia nas próprias palavras do autor:

La idea de que hay una autoridad soberana dentro de la comunidad trae consigo – o conduce a – la idea de que esta autoridad es una de tantas que de igual modo soberano rigen las otras comunidades: el estado que exige ser libre de limitación y control dentro de su comunidad, en pura lógica está obligado a conceder la misma libertad a los demás Estados dentro de las suyas. No debe sorprendernos, pues, que en el contexto internacional la teoría de la soberanía nunca haya implicado más que la exigencia de independencia, que sólo haya negado la existencia por encima de la comunidad de un poder supremo semejante al que se ha propuesto mantener dentro de ella.³⁹

Da afirmação de Hinsley extrai-se que a principal característica do aspecto externo da soberania, do ponto de vista da teoria clássica, é sua igualdade potencial no ambiente anárquico internacional. Dallari capta bem essa ideia quando explica que “com relação aos demais Estados a afirmação de soberania tem a significação de independência, admitindo que haja outros poderes iguais, nenhum, porém, que lhe seja superior”⁴⁰.

O corolário maior desse aspecto externo da soberania é o princípio jurídico-político da não intervenção, que rege que os Estados devem se abster de intervir nos assuntos internos um dos outros. Esse princípio remonta, em seus primórdios, às ideias de Francisco de Vitória, que, no século XVI, se dispôs a discorrer acerca dos títulos de conquista que os espanhóis alegavam possuir quando da descoberta do Novo Mundo. Ao lidar com as questões relacionadas às consequências desses títulos, Vitória vai analisar os pressupostos para uma guerra ser considerada justa. Respondendo à questão concernente às razões para a deflagração de uma guerra justa, Vitória questiona algumas das razões invocadas pela Coroa espanhola para o subjugo dos ameríndios, afirmando que:

39 HINSLEY, F. H. **El concepto de soberanía**. Barcelona: Ed. Labor, 1972, p. 137.

40 DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 29ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 83.

La diversidad de religión no es causa suficiente para una guerra justa. [...] No es causa justa de una guerra el pretender extender los dominios. [...] Tampoco es causa justa de una guerra la propia gloria del príncipe ni outro provecho particular del mismo. [...] La única causa justa para hacer la guerra es la injuria recibida. [...]. No basta una injuria cualquiera y de cualquier gravedad para hacer la guerra.⁴¹

Assim fazendo-o, Vitoria estabelece as ideias gerais e lança os princípios do moderno direito internacional, destacando aspectos de convivência entre as Nações que se traduzem na existência de uma comunidade de Estados, pressuposto para uma conceituação da soberania em seu aspecto externo⁴². Nesse contexto, a própria centralização do poder no Estado (embora sua definição não tivesse ainda sido elaborada) representou condição crucial para o desenvolvimento futuro do princípio da não-intervenção. Isso porque delimitou territorialmente o alcance do poder político, e o concentrou numa fonte de autoridade suprema e unívoca, identificada com a vontade do poder soberano. Confirma-se tal visão na ideia defendida por Vitoria, de que a legitimidade para se recorrer à guerra residiria somente no que denomina de comunidades perfeitas (identificadas como repúblicas), as quais define como “aquella república que es un todo completo por si misma, esto es, la que no es parte de otra república, sino tiene sus propias leyes, su propio consejo y magistrado propios”⁴³. Isso significa que somente uma comunidade (República) independente poderia declarar guerra contra outra.

No entanto, é somente a partir da obra de Hugo Grócio que a figura do Estado, no contexto do que o jurista holandês chamaria de direito das nações, passa a ocupar papel predominante, em relação à sua autonomia jurídica internacional. Com efeito, embora influenciado pelas doutrinas da escolástica e também pelos trabalhos dos teólogos espanhóis da Escola de Salamanca, Grócio utiliza um enfoque racionalista e secular em

41 VITORIA, Francisco de. **Sobre el poder civil, Sobre los índios, sobre el derecho de La guerra**. Madrid: Ed. Tecnos, 1998, p. 173-212.

42 Conforme Ferrajoli, as ideias basilares trazidas por Vitoria podem ser compiladas nas seguintes proposições: “a) a configuração da ordem mundial como sociedade natural de Estados soberanos; b) a teorização de uma série de direitos naturais dos povos e dos estados; c) a reformulação da doutrina cristã da ‘guerra justa’, redefinida como sanção jurídica às *iniuriae* (ofensas) sofridas”. FERRAJOLI, Luigi. **A soberania no mundo moderno**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2002, p. 07.

43 VITORIA, Francisco de. **Sobre el poder civil, Sobre los índios, sobre el derecho de La guerra**. Madrid: Ed. Tecnos, 1998, p. 170-171.

suas teses sobre o direito natural, inovando não só ao suscitar, cuidadosamente, a hipótese de não preeminência (ou interferência) divina na formação de um direito do gênero humano⁴⁴, mas também em dissociar o *ius gentium* do direito natural⁴⁵, conceituando o primeiro como “aquele que recebeu sua força obrigatória da vontade de todas as nações ou de grande número delas”⁴⁶. Ao afastar, portanto, a exclusividade do critério da reta razão para o proceder dos Estados entre si, destacando o domínio do consenso nas práticas de política externa, Grócio teve papel fundamental na criação de condições para o surgimento do princípio da não intervenção.

O princípio da não intervenção tem suas origens usualmente atribuídas ao modelo de Vestefália⁴⁷, tido como o marco inicial da atual organização da comunidade internacional, fundada, por um lado, na igualdade dos Estados no ambiente anárquico internacional, e por outro, como consequência disso, no dever de não interferência dos Estados nos assuntos internos uns dos outros⁴⁸.

Foram, contudo, os filósofos políticos do século XVII que estabeleceram certa ruptura de qualquer vínculo supra estatal de regulação do *ius gentium*, fornecendo o arsenal teórico que no século seguinte fundamentaria o nascimento do nacionalismo⁴⁹. Escrevendo três anos após a assinatura da Paz de Vestefália, Thomas Hobbes, no fulcro de sua concepção de sociedade no estado de natureza, afirma que os Estados estão em constante estado belicoso, já que sua condição de liberdade “é idêntica à que teria todo

44 Expondo sua tese sobre o direito natural, Grócio afirma que este “teria lugar, de certo modo, mesmo que se concordasse com isso, o que não pode ser concedido sem um grande crime, isto é, que não existiria Deus ou que os negócios humanos não são objetos de seus cuidados”. GRÓCIO, Hugo. **O direito da guerra e da paz (De Juri ac Pacis)**. Vol. I. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004, p. 40.

45 Grócio afirma que há duas maneiras de se provar que algo é de direito natural: *a priori* e *a posteriori*. Conforme o autor, “o primeiro é mais abstrato e o segundo, mais popular. Prova-se a priori demonstrando a conveniência ou a inconveniência necessária de uma coisa com a natureza racional e social. Prova-se a posteriori concluindo, se não com uma certeza infalível, ao menos com bastante probabilidade, que uma coisa é de direito natural porque é tida como tal em todas as nações ou entre as que são mais civilizadas”. Idem, p. 85.

46 GRÓCIO, Hugo. **O direito da guerra e da paz (De Juri ac Pacis)**. Vol. I. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004, p. 88.

47 No contexto filosófico-político da metade do século XVII, após ter o continente europeu suportado os flagelos da Guerra dos Trinta Anos, surgiria então o que a doutrina internacionalista costuma denominar de Modelo de Vestefália, ou Paz de Vestefália. O termo refere-se ao pacto efetuado pelos soberanos envolvidos no aludido conflito, o qual estabeleceu novo paradigma para o conceito de soberania, em face da alteração da configuração política europeia.

48 KRASNER, Stephen. **Sovereignty: organized hypocrisy**. Princeton: Princeton University Press, 1999.

49 FERRAJOLI, Luigi. **A soberania no mundo moderno**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2002.

homem, se não houvesse leis civis nem nenhuma espécie de república. E os efeitos daí decorrentes também são os mesmos”⁵⁰⁵¹.

No mesmo sentido é o pensamento de John Locke, o qual, escrevendo quase meio século depois, ressalta que “todos os príncipes e chefes de governos independentes no mundo inteiro encontram-se num estado de natureza”⁵², indicando, portanto, que a ideia de uma ausência de limitação externa ao poder soberano era comum aos autores da época⁵³.

Algum tempo depois, o jurista suíço Emer de Vattel introduziria o princípio de igualdade (paridade) entre os Estados soberanos, sob o argumento de que até uma pequena república não seria menos soberana do que o mais poderoso reino, da mesma forma que um anão era tão homem quanto um gigante. Com efeito, foi Vattel quem formulou precisamente o conteúdo do princípio da não intervenção:

It is an evident consequence of the liberty and independence of nations, that all have a right to be governed as they think proper, and that no state has the smallest right to interfere in the government of another. Of all the rights that can belong to a nation, sovereignty is, doubtless, the most precious, and that which other nations ought the most scrupulously to respect, if they would not do her an injury.⁵⁴

Contudo, o marco legal do princípio da não intervenção somente viria a ser formulado na Carta das Nações Unidas, de 1945, que em seu artigo 2º, parágrafo 4º diz: “Todos os Membros deverão evitar em suas relações internacionais a ameaça ou o uso da força contra a integridade territorial ou a dependência política de qualquer Estado, ou qualquer outra ação incompatível com os Propósitos das Nações Unidas”.

Nesse mesmo viés, outro passo em direção ao fortalecimento da noção de soberania externa foi dado através do conceito de autodeterminação dos povos, que viria

50 HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 183.

51 Prossegue Hobbes: “Porque, tal como entre homens sem senhor existe uma guerra perpétua de cada homem contra o seu vizinho, [...] assim também, nos Estados e repúblicas independentes umas das outras, cada república (não cada indivíduo) tem absoluta liberdade de fazer tudo o que considerar (isto é, aquilo que o homem ou a assembleia que os representa considerar) mais favorável a seu benefício. Além disso, vivem numa condição de guerra perpétua, e sempre na iminência da batalha, com as fronteiras em armas e canhões apontados contra os seus vizinhos a toda a volta”. Idem, p. 183.

52 LOCKE, John. *Dois tratados sobre o governo*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 392.

53 FERRAJOLI, Luigi. *A soberania no mundo moderno*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2002.

54 VATTEL, Emer de. *The Law of Nations, Or, Principles of the Law of Nature, Applied to the Conduct and Affairs of Nations and Sovereigns*. Indianapolis: Liberty Fund, 2008, p.182. Disponível em: <<http://oll.libertyfund.org/titles/vattel-the-law-of-nations-lf-ed>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

posteriormente a fundamentar o processo de descolonização que se seguiu após a criação da ONU. O respeito à autodeterminação dos povos constituir-se-ia em reconhecer que nenhum povo deveria ser forçado a viver sob a soberania de quem ele não deseja viver, e foi fortemente defendido pelo presidente americano Woodrow Wilson nas negociações que se seguiram ao fim da Primeira Guerra Mundial. Contudo, foi somente com a assinatura da Carta das Nações Unidas que o princípio passou a ser amplamente recebido pela comunidade internacional⁵⁵.

Foi esse princípio, o da autodeterminação, que fundamentou a libertação de vários Estados no processo de descolonização acima mencionado, e também concedeu ao conceito de soberania maior valor, especialmente para aqueles países frágeis que surgiram como fruto do desmembramento de ex-colônias europeias, notadamente no continente africano. Nesse sentido, a não interferência passou a ser o corolário maior da soberania, com o fim de conferir legitimidade, independência e estabilidade para os novos Estados que se viram livres da tutela europeia após o fim da Segunda Guerra Mundial.

Por esse motivo, surgiu uma tensão entre o exercício da soberania e o respeito aos Direitos Humanos, o que passou a colocar em cheque o papel da soberania no mundo moderno. Essa tensão decorreu de vários fatores, dentre eles: o colapso da bipolaridade do poder globais, com o fim da URSS, o conseqüente descongelamento do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), o fenômeno da globalização, o surgimento de diversas crises humanitárias, decorrentes, em grande parte, do colapso de alguns Estados frágeis, ou de guerras internas pelo poder, bem como o fenômeno da comunicação em massa, que atraiu os olhos da opinião pública para tais questões. A tensão é retratada por Krasner nos seguintes termos:

There are now, however, more than twenty United Nations human rights agreements as well as accords associated with specializes international organizations and with regional groups. A number of observers have suggested that contemporary concerns with human rights are a revolutionary development in the international system. One writer maintains that there are two clusters of values

55 GLANVILLE, Luke. The antecedents of 'sovereignty as responsibility'. **European Journal of International Relations**, v. 17, n. 2, Mai. 2010, p. 233-255. Disponível em: <<https://doi.org.ez94.periodicos.capes.gov.br/10.1177/1354066109346889>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

at play in the contemporary environment – state autonomy and human rights – which can be in conflict.⁵⁶

Nesse sentido, Jackson afirma que a constituição da ordem internacional atual “presupposes different norms that can diverge and can even conflict with each other, as when the rights of sovereign states clash with human rights”⁵⁷. Isso se deve, em grande parte, ao fenômeno da globalização, que estaria transformando o significado da soberania estatal. Nesse sentido, a globalização deixaria os contornos do Estado menos visíveis, e também contribuiria para uma uniformização sócio-política global, gerando, por conseguinte, uma relação de interdependência.

Por fim, outro dado importantíssimo para a compreensão da erosão da soberania externa no mundo atual reside no fato de ter havido, após o processo de descolonização, uma alteração nos tipos de conflitos armados: anteriormente (como na época em que foi assinada a Carta das Nações Unidas) os conflitos aconteciam sempre entre Estados soberanos, lutando guerras formais de conquista ou invasão; com o surgimento de vários Estados com imenso déficit de legitimidade, e grande instabilidade política, os conflitos passaram a dar-se entre grupos étnicos ou políticos que lutam internamente por poder. Os massacres em larga escala, a limpeza étnica, o genocídio, os casos de Ruanda e Srebrenica, constituem-se exemplos disso⁵⁸. Sobre a questão, Herrmann afirma:

Agindo por meio de instituições como a Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e as Nações Unidas (ONU), a comunidade internacional tem muitas vezes interferido na órbita interna dos Estados para evitar a perpetração de crimes contra a humanidade, como o genocídio. As intervenções humanitárias desafiam a soberania estatal tanto em seus fundamentos empíricos quanto normativos. Empiricamente, elas relativizam a norma de não intervenção nos assuntos internos do Estado. Normativamente, levantam a questão acerca de quando, isto é, em que situações, se alguma, é permitido ou desejável violar a soberania estatal.⁵⁹

56 KRASNER, Stephen. **Sovereignty: organized hypocrisy**. Princeton: Princeton University Press, 1999, p. 105.

57 JACKSON, Robert H. International Community beyond the Cold War. In: LYONS, Gene M.; MASTANDUNO, Michael (Org.). **Beyond Westphalia? State, Sovereignty, and International Intervention**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1995. p. 60.

58 FERRAJOLI, Luigi. **A soberania no mundo moderno**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2002.

59 HERRMANN, Breno. **Soberania, não intervenção e não indiferença: reflexões sobre o discurso diplomático brasileiro**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p. 99.

E é esse o estado de “crise” em que o conceito de soberania se encontra no início do século XXI. A expansão da globalização, legando novas formas de trocas internacionais, e diluindo as barreiras nacionais do Estado vestfaliano tradicional, bem como o surgimento de novos Estados incapazes ou indispostos a proteger seus cidadãos de graves violações dos Direitos Humanos são fatores cruciais que contribuem para essa alegada crise. Sejam quais forem as soluções propostas para se resgatar o componente jurídico do conceito de soberania, ou encontrar espaço para esse conceito no vocabulário da filosofia política contemporânea, é necessário e prudente sempre retornarmos às suas origens, questionarmos sua interpretação e investigarmos o modo como tem sido compreendido e utilizado tanto na teoria quanto na prática política.

3 Conclusão

Inicialmente, podemos concluir que, em linhas gerais, a ideia de soberania em sua acepção clássica repousa sobre as noções de autoridade, poder e controle, todos esses atributos atrelados ao exercício do Estado como mecanismo garantidor da ordem. Esses elementos podem ser encontrados no pensamento dos principais teóricos do conceito de soberania, como Bodin e Rousseau.

No que diz respeito ao aspecto externo da soberania, o princípio da não intervenção foi importante paradigma para as relações estatais desde o advento do modelo de Vestefália. Contudo, ele entrou em declínio em face das novas demandas surgidas na sociedade internacional contemporânea, como as advindas da globalização e do surgimento de Estados politicamente frágeis ou violadores das normas de proteção internacional da pessoa humana, fatores esses que produziram uma tensão entre a soberania nacional tradicional e os Direitos Humanos.

Nesse sentido, conclui-se ser necessária uma releitura do conceito de soberania, que passa obrigatoriamente por uma revisão de seus fundamentos jurídico-filosóficos, buscando estabelecer seu teor e interpretação teórica para a filosofia política do século XXI, a fim de municiar o debate jurídico em torno do conceito, notadamente no campo do Direito Internacional. É esse o objetivo ao qual o presente artigo aspirou, tentando contribuir modestamente para o debate teórico acerca do conceito de soberania.

REFERÊNCIAS

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 11ª ed. Brasília: Ed. UnB, 1998.

BODIN, Jean. **Os Seis Livros da República**. Tradução para o português de José Carlos Orsi Morel. Vol. I-VI, São Paulo: Ícone, 2011.

CANNING, Joseph. **A History of Medieval Political Thought**. London: Routledge, 1996.

CUEVA, Mario de la. **La idea del Estado**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1996.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**. 29ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

FERRAJOLI, Luigi. **A soberania no mundo moderno**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2002.

GLANVILLE, Luke. The antecedents of 'sovereignty as responsibility'. **European Journal of International Relations**, v. 17, n. 2, Mai. 2010, p. 233-255. Disponível em: <<https://doi.org.ez94.periodicos.capes.gov.br/10.1177/1354066109346889>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

GOYARD-FABRE, Simone. **Os princípios filosóficos do direito político moderno**. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1999.

GRÓCIO, Hugo. **O direito da guerra e da paz (De Juri ac Pacis)**. Vol. I. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

HERRMANN, Breno. **Soberania, não intervenção e não indiferença: reflexões sobre o discurso diplomático brasileiro**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

HINSLEY, F. H. **El concepto de soberanía**. Barcelona: Ed. Labor, 1972.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HUDSON, Wayne. Fables of Sovereignty. In: JACOBSEN, Trudy; SAMPFORD, Charles; THAKUR, Ramesh. **Re-envisioning Sovereignty**. **EBRARY**, Abingdon: Ashgate Publishing Group, 2008. Disponível em: <<http://site.ebrary.com/lib/pucrs/docDetail.action?docID=10218502&ppg=36>>. Acesso em: 06 mai. 2013.

MELLO, Jezreel Antonio. Fundamentos Jurídico-filosóficos da Soberania. In: ANIMA: Revista Eletrônica do Curso de Direito das Faculdades OPET. Curitiba-PR. Ano XI, n. 18, jan-jun/2018. ISSN 2175-7119.

JACKSON, Robert H. International Community beyond the Cold War. In: LYONS, Gene M.; MASTANDUNO, Michael (Org.). **Beyond Westphalia? State, Sovereignty, and International Intervention**. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1995. p. 59-83.

KRASNER, Stephen. **Sovereignty: organized hypocrisy**. Princeton: Princeton University Press, 1999.

LOCKE, John. **Dois tratados sobre o governo**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. 22ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

PAUPERIO, A. Machado. **O conceito polêmico de soberania**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1958.

PHILPOTT, Daniel. Sovereignty. **The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2016 Edition)**, Edward N. Zalta (ed.). Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2016/entries/sovereignty/>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

PISIER, Evelyne. **História das Idéias Políticas**. Barueri: Ed. Manole, 2004.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. Campinas: Ed. Russell, 2006.

STRECK, Lenio Luiz; MORAIS, José Luis Bolzan de. **Ciência Política e Teoria Geral do Estado**. 4ª ed. Porto Alegre: Ed. Livraria do Advogado, 2004.

VATTEL, Emer de. **The Law of Nations, Or, Principles of the Law of Nature, Applied to the Conduct and Affairs of Nations and Sovereigns**. Indianapolis: Liberty Fund, 2008. Disponível em: <<http://oll.libertyfund.org/titles/vattel-the-law-of-nations-lf-ed>>. Acesso em: 14 abr. 2018.

VITORIA, Francisco de. **Sobre el poder civil, Sobre los índios, sobre el derecho de La guerra**. Madrid: Ed. Tecnos, 1998.